

CATHARINA ROSA FERREIRA DE JESUS:
UMA AFRICANA MINA DO SÉC. XIX, NA ILHA DE SÃO LUÍS DO
MARANHÃO/BRASIL

IRANEIDE SOARES DA SILVA¹

RESUMO

Este artigo trata da história e, experiências de Catharina Mina, uma africana de nação Mina, que viveu no processo da Diáspora Africana nas Américas, em particular, numa província do “Norte” do Brasil Oitocentista, cidade de São Luiz do Maranhão. Catharina que, por meio do seu trabalho conquista sua liberdade e acumula significativa fortuna. A principal fonte foi seu Testamento, um manuscrito do ano de 1886. Entre os temas desenvolvidos, destacamos o trabalho, etnicidade, redes de sociabilidade (família, amizades e parentesco espiritual) como parte de suas estratégias de resistência a escravidão. Assim, trazemos Catharina Rosa Ferreira de Jesus e suas memórias, enfatizando a complexidade de viver na sociedade escravista do Oitocentos e seu protagonismo feminino afro-atlântico para a conquista e a permanência da liberdade.

Palavras-Chave: Catharina Mina. Mulher Afro-Atlântica. Protagonismo Feminino. São Luís do Maranhão.

INTRODUÇÃO

A cidade entre rios, e dentro do mar que corre, conforme o filósofo Antenor Nascentes, escrito no dicionário Houaiss. Informações que podem ser conferidas na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de nº 083, sob o título: Poranduba Maranhense. Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991, p. 15². A ilha de São Luís nasce assim, inserida no Maranhão.

¹Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, curso de História e, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Estadual do Piauí – Brasil; Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU; E-mail: iraneidesilva@cpm.uespi.br.

²BRASIL, IHGB. Poranduba Maranhense - Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 083 - Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991. Esta edição da revista trata

Na segunda metade do século XVIII e início do XIX, a cidade de São Luís, capital da província do Maranhão, era um reduto de estrangeiros, considerando os trabalhadores escravizados africanos que chegavam diariamente no porto, vindo da colônia e de outras partes do mundo. Informação essa que pode ser conferida no banco de dados produzido por Silva (2008), onde este apresenta o contingente de africanos escravizados trazidos para o Brasil no intervalo de 1693 a 1755 em viagens negreiras rumo ao Maranhão. Silva afirma que, até as primeiras décadas do setecentos, a entrada de africanos no Maranhão foi pequena, todavia, dada as reclamações dos colonos e a criação da Unidade Administrativa do Grão-Pará e Maranhão, já na segunda metade do século XVII, o movimento dos portos aumenta e a inserção de africanos tanto no Maranhão quanto no Pará foi regularizado e intensificado.

Cabe ressaltar que, devido as relações de proximidades entre o continente África e o Brasil, o tráfico de mulheres e homens trazidos da África seguia rotas que visavam separar esses sujeitos por nação, conforme registros: para a Bahia os agrupamentos “Jejé”, raramente mencionado em outros territórios; os cariocas para o Rio de Janeiro, os bantos, por ser esse um Estado que mantinha relações especiais com o espaço territorial angolano e moçambicano; e, para o Maranhão os Mina ou “Fanti-Ashanti” saídos dos portos da Costa da Mina, de reinos próximos ao litoral do Castelo de São Jorge da Mina. O Maranhão, apresenta-se, neste cenário, como uma das principais rotas de tráfico de africanas e africanos escravizados, sobretudo, a partir da construção da infame Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755. As relações de proximidade com os impérios e régulos da costa do Ouro, do Marfim e da Costa dos Escravos justifica a herança Mina entre os maranhenses (BARROSO JR, 2009). Estima-se que foi ainda na primeira metade do século XIX que Catharina Rosa Pereirade Jesus, a “Catharina Mina”, foi trazida para o Maranhão, na condição de escrava e, chegou no Porto de São Luís, vindo pela rota da Costa da Mina.

O ENCONTRO COM CATHARINA MINA

especialmente da província do Maranhão. A proposta da edição é escrever a história da província desde a sua descoberta até os primeiros anos do século XIX. O trecho em destaque refere-se à chegada de Colombo as Américas e os franceses no Maranhão. A revista está disponível em:

<<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=80>>. Acesso em: 19/02/2016.

Certa manhã no mês de julho do ano de 2012, quando caminhava pelas ruas do centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão, me chamou a atenção um pedaço de rua, mais precisamente um beco, no qual havia numa placa escrita: “Beco da Catharina Mina”. Aquela placa me levou a buscar aquela mulher da Costa da Mina. A procura por Catharina Mina se deu primeiramente nas ruas em conversas com algumas pessoas. A primeira parada foi no “Bar da Catharina Minas”³, empreendimento comercial localizado bem no início do beco, ou no pé da escadaria. As primeiras histórias que ouvi sobre Catharina Mina foi naquele bar. Quem foi Catarina Mina? A primeira pergunta foi para o prof. Carlão⁴, sujeito que me apresentou o bar. Ele responde:

Catharina Mina foi uma negra escravizada que vendia quitutes naquele Beco e, com dinheiro do seu trabalho, conseguiu comprar sua alforria. Falava-se também que, por ser muito bonita e boa de negócio, e com a força do seu trabalho e boas articulações; e troca de favores com os endinheirados portugueses da cidade constitui uma grande fortuna, com a qual comprou sua alforria e de muitos amigos. Administrou sua fortuna na capital do Maranhão até seus últimos dias. (Prof. Carlos Benedito R. Silva – Antropólogo e prof. da UFMA).

As demais pessoas com quem conversei não me trouxeram resposta diferente. “*Catharina era uma boa cozinheira e vendia seus quitutes no pé da escada. Ela era uma negra muito bonita*”, respondeu a professora Maria da Guia Viana (UFMA) quando questionada. Na internet encontrei em sites de busca uma notícia de 17 de outubro de 2014, do Tribunal de Justiça do Maranhão que tratava de uma exposição de documentos históricos e nela estava a Catharina.

Tribunal de Justiça apresenta exposição histórica em São Luís. Os analistas jurídicos estão reorganizando os documentos para o público. Outra curiosidade da mostra é um inventário da negra liberta Catharina Mina⁵. Alguns dos principais tesouros históricos da biblioteca do Tribunal de Justiça do estado do Maranhão estão sendo expostos na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, na capital maranhense. [...] os analistas jurídicos que tomam conta da biblioteca do poder judiciário

³ O Bar Catarina Mina, pertence à empresária Maria de Lourdes Ribeiro. Fundado no ano 1989. Épequeno e, devido às limitações de espaço, utiliza-se da calçada dos dois lados do estreito beco para pôr suas mesas e receber seus clientes. Ao frequentar o estabelecimento algumas vezes, percebemos que aquele bar é também um ponto de encontro de artistas e cantores maranhenses; espaço para rodas de tambores de crioula e grupos ligados ao Movimento Negro Maranhense, como o Grupo Akomabu.

⁴ Carlos Benedito Rodrigues da Silva, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, popularmente conhecido por Carlão Rastafari.

⁵ Manchete do jornal – disponível em:

<<http://g1-globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/tribunal-de-justica-apresenta-exposicao-historica-em-sao-luis.html#>>. Acesso em: 14/08/2016.

estão reorganizando os documentos para acesso ao público, e descobrindo muita coisa interessante. Como por exemplo, a história da negra liberta Catharina Mina. De acordo com a analista judiciária Vanessa Alexandra, no inventário de Catharina Mina é possível saber, durante a visitação, que ela conseguiu se destacar graças a sua relação com o comércio. “Foi uma negra que foi liberta e que se destacou na sociedade pelas relações sociais que ela conseguiu estabelecer, e como comerciante ela acumulou uma fortuna muito considerável para os padrões, para aquela época e sendo negra. Então, essa é uma das curiosidades”. A negra que deu nome a um Beco da Praia Grande, bairro de São Luís, fez fortuna em pleno período da escravidão. Acumulou imóveis, joias e escravos e deixou tudo para o único neto.



Foto: Anderson Corrêa

Beco da Catarina Minas em 2016.

Escadaria de 35 largos degraus em pedra de lioz, datada do século XVII (LIMA, 2007, p. 39-41).

No Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, conheci a personagem histórica Catharina Rosa Pereira de Jesus, a partir do seu registro de Testamento, que data do dia 29 de junho de 1886. Aquele longo documento manuscrito, guardado no acervo do Arquivo, Instituição esta que guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos que datam a partir do século XVIII de diversas Comarcas do Estado, tais quais: São Luís, Alcântara, Caxias, Icatú, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. Ressalte-se também a guarda de obras raras como Códices, Livros de Registro de Testamentos, Registros Gerais e Registro de Notas de comarcas, tais como o Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana 1776-1791, e o Regimento da Relação de 1813; a Carta da Relação do Maranhão de 1832, que são os documentos de nascimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, o terceiro mais antigo do país, instituído em 1811 e instalado somente em 04 de novembro de 1813.

⁶Fonte: <<http://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/06/07/catharina-mina-a-digna-e-ilustre-ex-escrava-que-morava-no-beco.shtml>>. Acesso em: 14/06/2016.

Procurei ainda na literatura, mas não encontramos muita coisa tratando diretamente e/ou se referindo àquela mulher. Todavia, o pesquisador Ribamar Reis⁷, numa reportagem de 2005, publicada no *Jornal Pequeno – Órgão da Multidão*, falava sobre os 16 anos do “Bar Catharina Mina” e, nessa notícia contava um pouco da história daquela mulher que deu nome ao Beco. Falava ele: “*Catharina Mina é uma brilhante personagem da cultura negra e do comércio maranhense*”.⁸ Reis (2005) dizia nas páginas do *Jornal Pequeno*:

Catharina Rosa Pereira de Jesus, popularmente conhecida como Catharina Mina, escrava alforriada procedente de Mina da Costa da África, em terras maranhenses viveu pelos anos 1870 e 1880 e fez fortuna graças a seu gigantesco tirocínio comercial ligada à sua exímia arte culinária. Destacava-se pelas famosas tainhas fritas com arroz de cuxá e transformações mágicas efetuadas em farinhas de terceira e quarta qualidade, com astúcia e segredo nos temperos que deixavam a farinha com sabor inigualável. Estas foram armas importantes para que erguesse um poderio comercial que lhe somou alguns casarões coloniais na Praia Grande e mais uma dezena de propriedades espalhadas por toda a cidade. Em sua homenagem, a rua que tem início na Avenida Pedro II e termina no Beco da Alfândega, que era chamada Ladeira da Calçada, passou a chamar-se Rua Catarina Mina ou beco Catarina Mina. Em 1930 uma lei municipal denominou-a Djalma Dutra, mas permanece conhecida como rua ou Beco Catharina Mina aquele pequeno trecho bastante vistoso pela sua enorme escadaria com degraus de pedras de lioz ou cantaria.

O escritor maranhense Carlos Lima, no livro *Caminhos de São Luís* (2007, p. 39-41), também conta um pouco da história de Catarina, a negra, mulher e nos seus escritos exalta a sua beleza. Segundo ele:

[...] liberta, tornou-se senhora de escravos com quem sempre passeava pelas ruas da cidade. Suas escravas a seguiam em cortejo vestidas caprichosamente de rendas e bordados e ajazadas com muitos colares, pulseiras e brincos de ouro. Mas, descalças, segundo sua condição⁹. A dona, à semelhança de seu séquito, vestia finas sedas e brocados, com jóias que cobriam colo, orelhas e braços, para estar em igual paridade às

⁷ Pesquisador, economista e escritor José Ribamar Sousa dos Reis faleceu no Maranhão em 2010. Ocupava a cadeira 56 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão como Membro Efetivo desde 29 de abril de 1981. Historiador, pesquisador, escritor e poeta com diversos livros publicados.

⁸ REIS, José Ribamar Sousa. Bar Catarina Mina completa 16 anos com festa e muitas atrações. *Pequeno Jornal*. Publicado em: 03/08/2005. Disponível em: <<http://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2005/08/03/bar-catarina-mina-completa-16-anos-com-festa-e-muitas-atracoes/>>. Acesso em: 14/06/2016.

⁹ Os homens e mulheres escravizados não podiam usar sapatos. Era muitas vezes o que distingue os libertos e livres dos escravizados.

damas da época. Se antes, sem os brios, já era cortejada pelos homens, imaginem depois do banho de loja¹⁰.

Nesse caminho de pesquisa e inquietações, as informações muitas vezes se desencontravam, logo buscávamos outras fontes. Por exemplo, (Reis, 2005) quando fala ao *Jornal Pequeno*, nos informa que Catharina viveu entre os anos de 1870 e 1880¹¹. Essa informação não faz muito sentido quando conferimos com o seu Testamento que data de 1886 e, naqueles anos Catharina se dizendo adoentada como veremos a seguir. Além do mais, se em 1886 Catharina fazia seu testamento, logo já havia acumulado bastante bens.

Então, as inquietações provocadas por aquele Beco e aquela mulher nos levaram aos arquivos, iniciando pelo Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão/APTJMA. Nesses arquivos buscávamos registros que pudessem nos revelar mais outras tantas histórias ouvidas dos professores Carlos Benedito, Maria da Guia, Nonato Viana e tantos outros professores e estudantes das Universidades Estadual e Federal do Maranhão, militantes do Movimento Social Negro e viventes da cidade.

A fim de compreendermos as ruas de São Luís e as muitas memórias de mulheres e homens que viveram num passado distante e seguem tão presentes na vida da cidade contemporânea, nos amparamos em Rolnik (1992). Quando esta afirma que:

Uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, 1992, p. 28).

Com isso, Rolnik afirma que o espaço não deve ser visto apenas como o “espaço função”, mas deve ser compreendido, nas palavras da própria autora, como “marca, como expressão, como assinatura, como anotação das relações sociais e como cartografias destas relações”. E, Catharina Mina era bem assim, uma mulher cercada de histórias ligadas a uma memória de luta, de resistência, de coragem que parece encher de orgulho étnico e racial as pessoas que dela falam. Essas memórias enchem aquele lugar de histórias.

No APTJMA encontramos Inventário e Testamento de Catharina, a fim de verificar não somente o tamanho da sua fortuna, mas também na esperança de conhecer um pouco

¹⁰ Informações estas que também pode ser conferida no livro: PESSOA, José; PICCINATO, Giogio. **Atlas dos Centros Históricos do Brasil**. Casa do Livro: Rio de Janeiro, 2007.

¹¹ Creio que pode ter havido um erro de digitação por parte do jornal no momento da publicação. Todavia precisamos conferir essa informação com outras fontes.

mais da sua história, especialmente no Testamento que é onde ela declara para quem deixa seus bens e, conseqüentemente, quem são seus parentes e amigos.

Tais documentos nos foram apresentados e, de posse deles, compreendemos um pouco daquelas histórias e adentramos um pouco mais nas memórias deixadas por daquela mulher negra. A partir das leituras fomos percebendo o quão pouco conhecemos da documentação referente ao período escravista sobre mulheres negras de posses, pois, na maioria dos casos elas, as mulheres negras, aparecem tão somente nas páginas de jornais, tipo o *Publicador Maranhense* (1821), especialmente nos anúncios de compra, venda, aluguel e fugas de escravizadas. As conhecemos a partir das marcas deixadas pela violência dos senhores contra as escravizadas, nunca pelo seu legado.

Catharina Mina não compunha o segmento das “Senhoras Donas” do Maranhão colonial, bem representadas na brilhante pesquisa da historiadora maranhense Marize Helena de Campos (2010). O trabalho a que me refiro é uma tese de doutoramento que tem como objeto de análise a trajetória de mulheres proprietárias em terras maranhenses na passagem do século XVIII para o XIX. Neste trabalho, Campos se empenha com muita profundidade em emergir histórias de mulheres ricas, utilizando-se de fontes como os Testamentos. Catharina Mina não aparece nesse trabalho como uma das senhoras donas. Certamente, isso se deve também ao recorte temporal e propósito da autora. Campos (2010) em texto, ao elencar as mulheres as quais chama de Donas, afirma não ter informação sobre a origem étnica daquelas mulheres, ao mesmo tempo em que supõe serem em sua maioria portuguesas de origem.

Nos testamentos (entre testantes e legatárias) e nas cartas de sesmarias, encontramos várias mulheres tratadas como Donas. Não temos como saber a cor, todavia a maior parte era casada e nos parece ser portuguesa de nascença, ser avó, viúva ou mãe de capitão ou tenente, possuir roupas, casas, escravos e dinheiro para o recebimento da denominação honorífica. (CAMPOS, 2010, p. 126)

O fato da pesquisadora em questão declarar haver incertezas quanto as origens étnicas dessas mulheres não nos causa estranhamento, pois numa visão naturalizada da população brasileira, não se vê as diferenças quando se trata de algum benefício para o segmento negro do país; ou o não existir enquanto povo negro, quando se trata de uma historiografia geral, homogeneizadora.

Todavia, vale atentar que os Testamentos, documentos estudados pela historiadora, são bastante completos e com informações bastante detalhadas sobre o testante, portanto,

se a pesquisadora não encontrou esses registros no montante de documentos pesquisados por ela é porque não havia mesmo.

Ademais, compreendo não ser a proposta de Campos e, no entanto, minha estranheza sobre a sua produção, como também muitas outras que tratam de mulheres na história do Brasil, foi a ausência de menção até mesmo para essa inexistência de fonte, ou seja, não existir mulheres negras afortunadas era natural. Ou ainda, elas aparecerem nos registros documentais apenas como “negrinha, escrava, mulata, preta velha, africana”, tudo, menos mulher. O que não entendo: como falar de mulher na história do Brasil sem menção as mulheres negras e indígenas? Sem tencionar as maneiras como são postas na documentação da época e discutir essa lacuna historiográfica?

Ao analisarmos os documentos que tratam de Catharina Mina, encontramos a Catharina mulher, não somente a rica ou a boa cozinheira, mas a Dona Catharina, que se dizia de nação Mina. Dona Catharina Maria de Jesus, como assim está escrito naqueles documentos tão frios para guardar tão rica memória. Ela, diferente de outras mulheres, como Adelina Charuteira¹², Maria Firmina dos Reis, entre outras, não aprendeu a ler nem escrever. A escrita do seu Testamento foi feita por alguém da sua confiança sob a narrativa dela. E assim começa a narrativa descritiva do seu Testamento:

Eu, Catharina Rosa Ferreira de Jesus, achando-me adoentada, mas no meu perfeito juízo e entendimento, tenho resolvido fazer as minhas últimas disposições testamentárias, pelo modo seguinte: Declaro que sou christã e cathólica apostólica romana, da nação Mina solteira e sem herdeiro algum necessário, sendo-me, portanto, livre dispor de todos os bens que possuo.

Aqui, Catharina se apresenta como uma mulher africana, de nação Mina, católica, inserida nos padrões da sociedade vigente. De forma bem sucinta: uma africana muito bonita e habilidosa que começa a trabalhar nas ruas de São Luís do Maranhão muito jovem como quituteira, vendendo comida na rua. Dessa atividade da rua, consegue juntar dinheiro para comprar sua alforria. Das conversas que tive no Beco que leva seu nome, com o professor Carlão e a professora Maria da Guia, pude entender que Catharina fora casada

¹²A personagem histórica Adelina viveu em São Luís do Maranhão no século XIX. Era escravizada, assim como sua mãe, que era conhecida como “Boca da Noite”. Seu pai, assim dizia a fonte estudada, era um rico senhor e, sendo filha dele, recebeu a promessa de ser libertada ao fazer 17 anos, promessa que seu pai não cumpriu continuou escravizando-a. Apesar de escravizada, Adelina aprendeu a ler e escrever, o que era incomum para as mulheres negras da época.

com um rico português, todavia, essa afirmação não pôde ser confirmada nos seus documentos. O que Lima (2007) afirma é que ela, por ser muito bonita, era muito cortejada pelos homens ricos da cidade e, em troca de alguns favores e muito trabalho, ela conquistou uma grande fortuna em dinheiro e imóveis.

Catharina afirma em seu Testamento não ter herdeiro algum, logo supõe-se a priori que não teve filhos. Mas lá adiante, seguindo a leitura, verifica-se que ela fala de um filho, na parte que trata da missa de sétimo dia e a distribuição de esmolas. Daí o entendimento que temos é de que o filho já era falecido. Seguindo a leitura do documento, encontramos um trecho que ela afirma a morte do filho e que seus restos mortais estão depositados num jazido, na igreja de Santo Antônio. São questões que vão se explicitando ao longo da leitura da fonte.

[...] Quero que o meu enterro e sufrágios se façam a vontade de meus testamenteiros, todavia lhes recomendo que sejam com decência, mas sem pompa, e que no sétimo dia do meu falecimento quero que se diga por minha alma, se distribua a quantia de cinquenta mil reis (50\$000) em esmolas e quinhentos reis pelos pobres que comparecerem aquele acto e que se dignarem, digo e que se digam, mas de espaço, cinquenta missas por minha alma e outras cinquenta de meu filho Pedro.

Analisamos as histórias contadas sobre Catharina a luz da sociedade de início do século XIX, onde a mulher era da casa, do espaço privado. Mulheres negras como Catharina ultrapassaram todos os limites do escravismo, contrariando o pensamento e a cultura da passividade feminina, conforme a assertiva de Paolina Chiziane (1999)¹³: “Em todas as guerras do mundo nunca houve arma mais fulminante que a mulher, mas é aos homens que cabem as honras de generais”. Nesse mundo urbano, essas mulheres (Catharina e Adelina) abriram espaços e fortaleceram laços, se fazendo memória de resistência e luta para gerações futuras.

Catharina afirma ter estreita relação com a igreja católica e faz caridade aos pobres, preceitos fortes da igreja católica, ou seja, é preciso que haja pobres para que se pratique a caridade (WEBER, 2002). No fragmento a seguir, ela faz referência ao filho Pedro. Todavia, por não ter tido acesso a outras fontes que pudessem revelar com mais detalhes a história de Catharina Mina, ficaram muitas lacunas.

¹³ CHIZIANE, Paulina. **Ventos do Apocalipse**. Lisboa: Caminho, 1999. Moçambicana nascida em 1955, em Manjacaze, província de Gaza situada ao sul de Moçambique, foi a “primeira mulher moçambicana a ser autora dum romance”, segundo Hamilton (2007, p.317). A própria escritora, entretanto, não gosta de se definir como romancista, preferindo denominar-se como uma contadora de histórias.

Quero igualmente que o meu corpo seja sepultado em catacumba e que findo o prazo de três anos, sejam os meus restos mortais trasladados para o jazido que tenho na igreja de Santo Antônio desta cidade, onde estão os do meu filho Pedro. Pelo presente confiro plena liberdade a todos os meus escravos sem condição alguma servindo-lhes esta verba de título.

No tocante aos herdeiros, ela deixa escrito que dentre seus herdeiros estão uma afilhada “Dona Esmeralda Jaufret, filha do Doutor José Ricardo Jaufret¹⁴, falecido” e “Meu afilhado Doutor Alfredo Rapozo Barradas, filho do Doutor Desembargador Joaquim da Costa Barradas”. Esses afilhados são brancos e pessoas influentes na cidade. Ser padrinho, segundo a igreja católica, é ser pai quando os pais biológicos do(s) afilhado(s) faltar.

A historiadora Maria Sylvia Carvalho Franco (1997) analisa as relações entre as grandes famílias e a presença do compadrio a partir da lógica da dominação pessoal, dessa forma, ela apresenta em seus estudos como fazendeiros e sitiantes mantinham tais relações e frequentemente tornavam-se compadres, o que selava a amizade: “O compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra de barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas” (CARVALHO, 1997, p. 84).

As leituras dos textos das historiadoras Sheila Farias (1998), que utiliza o termo agregado e afilhado relacionando-os a ideia de “gente de casa” e, Sylvia Carvalho (1997), que entende essa relação como uma interligação entre as famílias, tanto de dominação, quanto de proteção e servidão, nos fizeram compreender que a relação de compadrio estabelece uma rede de obrigações recíprocas entre padrinhos e afilhados, onde basicamente o padrinho tem obrigação de prover o futuro do afilhado, enquanto este, de lhe servir, ser fiel, adquirindo muitas vezes o nome da família e é esse aspecto que demonstra, para a autora, que o compadrio é mais uma peça do processo de dominação. Nas mais diversas famílias existem essas redes de dominação/proteção/servidão. Dessa forma, ficam

¹⁴ O Doutor Ricardo Jaufret, foi um renomado, intelectual literato, jornalista e homem respeitado da sociedade maranhense dos anos de 1850/60, conforme o historiador Ricardo André Ferreira Martins, no artigo “Breve panorama histórico da imprensa literária do Maranhão oitocentista”. A maior parte destes intelectuais e literatos foram depois reunidos no Parnaso Maranhense. [...] Entre os mais representativos, é possível citar, por ordem alfabética, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Marques Rodrigues, Antonio Joaquim Franco de Sá, Augusto César dos Reis Raiol, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Antonio César de Berredo, Augusto Frederico Colin, Francisco Sotero dos Reis (sobre Sotero dos Reis, nossas pesquisas nos revelaram que este era primo da escritora negra Maria Firmina dos Reis, escritora do livro Ursula, publicado em 1859 e tido como o primeiro romance abolicionista brasileiro), Frederico José Correia, Felipe Franco de Sá, Francisco Sotero dos Reis Júnior, Gentil Homem de Almeida Braga, João Duarte Lisboa Serra, **José Ricardo Jauffret**, Joaquim Maria Serra Sobrinho, Joaquim de Sousa Andrade, João Antonio Coqueiro, Luiz Antonio Vieira da Silva, Manoel Odorico Mendes, Maria Firmina dos Reis, Raymundo Brito Gomes de Sousa e Trajano Galvão de Carvalho.

mais explicitas as relações de Catharina com as famílias da cidade, sobretudo explica ter entre seus herdeiros alguns nomes advindos de famílias Jaufret e Rapozo.

Outrossim, se Catharina Mina foi convidada a ser madrinha do filho do desembargador Joaquim da Costa Barradas, é porque ele e sua família lhe tinham relações próximas. Isso denota também as relações de poder e influência de Dona Catharina perante a sociedade local.

São meus herdeiros a minha escrava de nome Catharina e seu filho Alexandre. Deixo a minha afilhada Dona Esmeralda Jaufret, filha do Doutor José Ricardo Jaufret, falecido, a qual está casada e reside na corte do Império, a quantia de um conto de reis. – Deixo mais a meu afilhado Doutor Alfredo Rapozo Barradas, filho do Doutor Desembargador Joaquim da Costa Barradas, a quantia de um conto de reis. Deixo mais a Dona Anna Pereira, irmã do alferes Quintino Antônio Pereira, já falecido, a quantia de quatrocentos mil reis. Deixo mais aos filhos de minha comadre e afilhada Maria Alves, viúva de Manoel Ignácio Alves, a casa que possuo por acabar, sita a calçada da Zimbra desta cidade, da qual não poderão dispor por título algum, gratuito ou oneroso, a fim de se sucederem mutuamente na posse a referida casa. Deixo aos meus afilhados Romão e sua irmã Christina cinquenta mil reis (50,000) a cada um deles.

No geral, o número de herdeiro é bastante grande, dada a fortuna de Catharina, a mulher africananegra de nação Mina. Dos herdeiros, a maioria era seus afilhados e amigos, negros e negras libertas

O Testamento de Catharina depois de transcrito soma 19 páginas. Dessas, procuramos resumir o número de beneficiários para melhor compreender as relações daquela mulher com o povo da cidade de São Luís, sobretudo as suas relações com as famílias brancas e abastadas.

Ao finalizar a leitura desta primeira parte do Testamento de Catharina, compreendemos a importância daquela mulher na memória da cidade de São Luís, sobretudo por se tratar de uma mulher negra, que viveu e experienciou os espaços urbanos das ruas de São Luís em tempos muito difíceis, o século XIX. Especialmente no campo das relações, para os homens e mulheres negras que viviam as adversidades do mundo do trabalho, aliadas aos racismos, sexíssimos e discriminações de toda ordem. Ademais, a história e a memória de Catharina Mina nos fez perceber a dimensão que muitos homens e mulheres negras trabalhadoras nas mais diversas condições jurídicas tinham de articulação e, de certa forma, domínio no sentido de conhecimento da dinâmica histórica, cultural e social da cidade.

Outro ponto do Testamento de Catharina Mina que nos traz algumas reflexões é a menção a religião, a fé, a caridade. Katia Mattoso (2003, p. 217) em seus apontamentos analisa 471 testamentos de negros libertos, os quais também demonstram que os costumes dos negros detentores de propriedades não eram distintos das práticas correntes entre os brancos, embora estivessem ao mesmo tempo ligados aos valores culturais africanos adaptados à vida "baiana". Para a autora, a reprodução de comportamentos ligados ao mundo europeu servia como forma de atingir conquistas sociais e econômicas.

Nesta mesma linha de análise, Antônia Mota (2005, p. 204-206) encontrou no Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão, num conjunto de mais de 50 inventários de moradores da capitania do Maranhão, cinco em que os titulares são alforriados, dentre eles estão Vitoriano Ramos e Catharina Mina, citado e analisado sob outra ótica neste trabalho. Nos cinco inventários ficam evidentes a existência de relações familiares estáveis, a posse de escravizados e de propriedades imobiliárias, bem com a adesão às irmandades, refletindo a preocupação cristã com caridade e a salvação da alma após a morte.

Pessoas como Catharina Mina, Vitoriano Ramos, Maria das Neves dos Santos e Adelina são vítimas do escravismo, enquanto sujeitos oprimidos dentro de uma dada sociedade. Mulheres e homens que por vezes rezam para os seus deuses africanos, noutras vezes, cultuam e praticam a religião cristã e, suas experiências socioculturais são também por muitas vezes reprodução da sociedade branca.

O ato de deixar legado em testamento, por exemplo, era bastante utilizado entre os homens detentores de propriedade daquela época, nos casos em análise, foi realizado por africanos e africanas libertas. Como outros cidadãos, eles possuíam negros e negras escravizadas e, como Catharina, reproduziram o ato de dar esmolas aos pobres que compareceram ao seu cortejo.

Ela, Catharina, mulher negra, africana, alforriada, não letrada, ao longo de sua vida conquistou espaços e acumulou riquezas. Ela, Adelina, mulher escravizada, letrada que acumulou contatos, experiências e bons relacionamentos políticos e sociais. Ele, Vitoriano Ramos, homem negro, alforriado, bem relacionado e dono de uma fortuna, após sua morte deixa amparadas sua filha e sua então esposa Maria das Neves.

Nesse universo urbano, onde os trabalhadores da rua e da casa se inter-relacionam e, solidariamente se ajudam, é preciso notar que, muitas das vezes, esses arranjos também se davam com a participação dos brancos. É preciso lembrar também que o limite entre a

casa e a rua se tornou mais definido dentro desse processo de movimentos dos trabalhadores na rua e, os personagens que passavam a ocupar cada um desses mundos também. Se no oitocentos a casa “surge como um palco onde a família brilha”, foi nas ruas que a forte presença de africanos e seus descendentes, escravizados, livres ou libertos se fez sentir, inclusive da mulher negra (ALGRANTI, 1998).

REFERENCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: **História da Vida Privada no Brasil I**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

BARROSO Jr., Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial**: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800). Dissertação defendida no âmbito do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, em 2009.

BRASIL, IHGB. Poranduba Maranhense - **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 083 - Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas**: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses, 1755 – 1822. São Luís: Café & Lápis: Fama 2010.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. (Biblioteca Básica)

CHIZIANE, Paulina. **Ventos do Apocalipse**. Lisboa: Caminho, 1999

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento** – fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LIMA, Carlos. **Caminhos de São Luís**. Editora Vozes, 2007

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTA, Antônia da Silva. Testamento e Inventario do Preto Forro Vitoriano Ramos da Silva. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, V. 3, nº 1, 2005.

SILVA, Daniel B. Domingues da. The Atlantic slave trade to Maranhão, 168-1846: volume, routes and organisation. In: **Slavery & Abolition**. London, v. 29, n. 4, p.447-501, dez. 2008, p.481.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Arquivo Histórico**. Testamento de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, 1886.

IRANEIDE SOARES DA SILVA

Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU; Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará/UFC; Graduada em História pelo Uniceub/DF. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual do Piauí/UESPI. Coordenadora do SANKOFA - do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição da UESPI; Presidente da Comissão de Heteroidentificação das políticas de Ações Afirmativas da UESPI. Estar Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos AfroBrasileiros/CONNEABS; é Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)/ABPN; a Associação Nacional de História/ANPUH; é Membro Grupo de HistoriadorxsNegrxs Brasileiros; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afros/NEPA da UESPI; também, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências/IFARADÀ/UFPI; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação – N'UMBUNTU/UFPA.